

**Título do capítulo**

CAPÍTULO 3 – BANCOS COMUNITÁRIOS E MOEDAS LOCAIS:  
ESTRATÉGIAS DO CIRCUITO INFERIOR PARA A SOBREVIVÊNCIA

**Autora e expositora**

Carolina Pupo

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9/capitulo3>

**Título do livro**

BRASIL POPULAR, CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E  
POLÍTICAS PÚBLICAS

**Organizadores**

Renato Balbim  
Mônica Arroyo  
Cristine Santiago

**Volume**

-

**Série**

-

**Cidade**

Brasília

**Editora**

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

**Ano**

2024

**Edição**

-

**ISBN**

978-65-5635-063-9

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## CAPÍTULO 3

# BANCOS COMUNITÁRIOS E MOEDAS LOCAIS: ESTRATÉGIAS DO CIRCUITO INFERIOR PARA A SOBREVIVÊNCIA<sup>1</sup>

**Autora e expositora**

Carolina Pupo

**Audiência e debatedores**

Cristine Santiago

Fabio Contel

Isadora Guerreiro

Marina Montenegro

Mónica Arroyo

Renato Balbim

## 1 APRESENTAÇÃO

Trata-se da segunda reunião temática do Grupo de Trabalho Brasil Popular, Circuitos da Economia Urbana e Política Pública, fruto de um esforço conjunto entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan), da Universidade de São Paulo (USP).

Nesse segundo encontro, foi proposta uma exposição seguida de discussão sobre a temática das finanças e suas relações com os circuitos da economia urbana, quando da formulação da teoria na década de 1970 e na atualidade, analisando a experiência brasileira com os bancos comunitários.

A discussão que se desenrola a partir desta exposição mostra os desafios de desenvolver e implementar políticas públicas progressistas que resultem efetivamente na emancipação das populações, e não em estratégias facilmente cooptáveis pelo circuito superior. Foi possível avançar de maneira teórica e prática na compreensão do tema, das oportunidades e dos desafios postos para o país.

Conforme exposto na *Introdução* do livro, este capítulo contém a segunda exposição do encontro realizado em abril, seguida dos debates referentes a essa exposição.

---

1. Este texto consiste em um relato baseado na transcrição de reunião realizada em 11 de abril de 2022. Preservaram-se ao máximo as falas originais, a fim de manter-se a riqueza da exposição e do debate.

## 2 EXPOSIÇÃO

*Carolina Pupo*: Focarei em como os bancos comunitários se tornaram uma política pública dentro do governo do Partido dos Trabalhadores – PT (2003-2015).<sup>2</sup> A teoria dos circuitos teve o papel de indutor na compreensão de seu objeto de pesquisa, que são as finanças solidárias, sendo um “norte” ao observar a realidade.

O objetivo inicial é fazer uma breve apresentação do que são bancos comunitários e seu instrumento. Neste primeiro momento, buscarei apontar uma diferenciação do uso desses instrumentos monetários a partir da regionalização do Brasil proposta por Santos e Silveira (2001).

Os bancos comunitários são organizações locais que têm como base a economia solidária, capazes de acolher as demandas dos lugares onde estão inseridos, criando suas políticas de crédito ou não creditícias a partir das necessidades locais. Utilizam um instrumento monetário que é a moeda local de papel, e recentemente alguns bancos passaram a utilizar uma plataforma digital, a plataforma E-Dinheiro, que oferece serviços digitais, entre eles a troca monetária.

Com relação à topologia desses bancos comunitários no Brasil em 2021 – inspirados na regionalização de Milton Santos e Maria Laura Silveira –, as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia são as que mais concentram bancos comunitários (73 em números absolutos), e ao mesmo tempo englobam 43% da população absoluta.

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) possui três coordenadores. Um deles é o presidente do Banco Palmas, Joaquim Melo, que é também o presidente da Rede Brasileira. Os outros dois coordenadores são Leonora Mol, do Banco Bem, do Espírito Santo; e Marivaldo Vale, do Banco Tupinambá, localizado no Pará.

As moedas locais dos bancos comunitários são instrumentos monetários. Cada banco tem sua própria moeda, com símbolos escolhidos pela própria comunidade, fator fundamental para que seja aceita, pois atribui maior confiabilidade junto à população local. Essas moedas possuem paridade com o real e circulam em uma área restrita, ou seja, são aceitas em locais/estabelecimentos cadastrados nos bancos comunitários, contribuindo para o desenvolvimento local.

Com uma nova norma (Lei nº 12.865/2013), que se institui no território brasileiro em 2013, abre-se a possibilidade de instituições de pagamento passarem a integrar o sistema de pagamento brasileiro e, principalmente, a regularizar o uso de moedas eletrônicas. Com a normativa, a RBBC vê a plataforma E-Dinheiro como uma possibilidade de uso pelos bancos comunitários para sua autossustentabilidade financeira.

---

2. Algumas ideias apresentadas nesta exposição podem ser encontradas em Pupo (2022).

Neste contexto nascem os “bancos comunitários digitais”, que utilizam a plataforma E-Dinheiro. Vale destacar que o usuário da plataforma não precisa estar conectado a uma rede de internet para realizar a transação em E-Dinheiro, somente o receptor da moeda (dono do estabelecimento). O fato de ser eletrônica não estabelece uma área restrita de uso, como ocorre com as cédulas em papel utilizadas por essas organizações locais. A taxa transacionada é de 2%, onde 1% é destinado para a RBBC, para manutenção de seu funcionamento; e o outro 1% para o banco comunitário em que o usuário é cadastrado. Desta forma a taxa abre a possibilidade de geração de fundos nos bancos comunitários locais.

A plataforma não consiste apenas na troca de moeda (meio de pagamento digital), pois há um leque de outras funcionalidades. De acordo com dados de 2021, a mais utilizada é o pagamento de boletos. É possível que os usuários realizem transferências entre eles sem custo operacional. Há também a função de recarga de celular, depósito e pagamento de benefícios sociais, esta última vinculada principalmente a bancos comunitários municipais. Esses bancos municipais são criados a partir de normas municipais e se articulam com políticas públicas já existentes, ou novas, para pagamento de benefícios. Em seu nascimento não estão vinculados a organizações locais pré-existentes, ligadas à economia solidária, diferentemente do que ocorreu no caso do majoritário número de bancos comunitários fomentados por meio de metodologia baseada no Banco Palmas e impulsionada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) entre 2003 e 2016, que em uma de suas fases de implementação tinha como fundamento encontrar locais com um arranjo comunitário minimamente consolidado.

Com relação à localização de bancos comunitários digitais e não digitais no território, o uso da plataforma E-Dinheiro é uma faceta utilizada por parte dos bancos comunitários. De um universo de 63 bancos, 49% não fazem uso da plataforma em suas atividades. Se observarmos a partir da regionalização de Santos e Silveira (2001) – que busca observar o território através das heranças técnicas (rugosidades), dos objetos de trabalho e do arranjo desses objetos e de suas relações resultantes –, nota-se que, na região Concentrada, 55% dos bancos comunitários fazem uso do E-Dinheiro, enquanto nos “Três Brasis” – composto pelo Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia – a maioria dos bancos (62%) não o utilizam.

A topologia aponta para uma diferenciação na aceitação dos bancos comunitários em relação ao uso do novo meio de pagamento eletrônico. Na região Nordeste, onde estão 44% dos bancos comunitários existentes, 58% utilizam moeda de papel, indicando uma certa resistência ao uso da moeda digital. O motivo que mais aparece para a não aceitação da plataforma digital é a falta de capacitação da RBBC para fazer uso dela. Esta sensação, apontada por 40% dos bancos ainda não digitalizados, pode ser explicada pela falta de apoio de políticas

públicas federais que, em um período anterior, anteviam a capacitação dos gestores dos bancos comunitários através de entidades executoras, que majoritariamente eram bancos comunitários fortalecidos, como é o caso dos bancos representados pelos coordenadores da RBBC.

Na região da Amazônia, há 32 bancos comunitários, dos quais 66% estiveram ligados à política da Senaes, vinculada ao então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A Senaes utilizava entidades executoras por região. Na Amazônia, a entidade era o Banco Tupinambá, hoje o único banco digital da Amazônia. Em entrevista, o presidente do Banco Tupinambá pontua que tem a sensação de que a internet dificulta o uso da plataforma E-Dinheiro nessas áreas.

Observamos que sua percepção tem lógica, já que nessa região o uso da banda larga fixa é menor do que o uso da banda larga móvel – que se caracteriza por ser mais instável. A Amazônia é a região do país com o maior uso de banda larga móvel, demonstrando como o arranjo dos objetos técnicos denota a dificuldade para o uso da plataforma digital pelos bancos comunitários nessa região. Na época da entrevista realizada com o Banco Tupinambá, em 2018, havia o serviço de correspondente bancário da Caixa Econômica Federal (Caixa). O presidente do Banco Tupinambá sentia-se incomodado por ter que usar os símbolos da Caixa, mas era o serviço mais procurado do banco. Quando o banco comunitário passa a usar a plataforma E-Dinheiro, ele deixa de ser um correspondente bancário da Caixa, pois as funções da plataforma suprem as necessidades da população local em relação aos serviços financeiros, importantes para a reprodução do cotidiano. Neste contexto, a plataforma digital, utilizada por atores que priorizam a dimensão coletiva e solidária, geram ações locais que excluem a dependência deste território de um sistema bancário tradicional enrijecido.

A região Centro-Oeste é a região com menor número de bancos comunitários. Somente dois bancos de onze não foram criados pela política da Senaes. Os que estão em funcionamento, ou fazem uso da plataforma E-Dinheiro, ou estão em processo de implementação, o que mostra que a região não apresenta resistência alguma a essa inovação.

Na região Concentrada – grosseiramente as regiões Sul e Sudeste do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – encontram-se 27% dos bancos comunitários existentes, dos quais 64 foram fundados a partir da Senaes. Essas regiões atuam em redes, que são: a Rede Paulista de Bancos Comunitários (RPBC), mais consolidada do ponto de vista organizacional, e a Rede Sul de Bancos Comunitários, mais nova, surgida durante a pandemia, na tentativa de os bancos se organizarem no período pandêmico, no qual estavam à mercê de políticas públicas.

Neste contexto, conclui-se que a maior parte dos bancos comunitários – 75% – foi fomentada pela Senaes. Há outras possibilidades de criação de bancos,

como organizações não governamentais (ONGs) e organizações locais. Para esta apresentação, vou me deter a falar especificamente da política pública: quando começa, como é feita e como isso faz com que os bancos comunitários ganhem capilaridade pelo território nacional.

Em 1998, é criado o primeiro banco comunitário, o Banco Palmas, no Ceará. Logo depois, em 2003, há o fomento da Senaes dentro do MTE, com a direção do professor Paul Singer. Em 2006, ocorreu a primeira parceria formal entre a Senaes e o Instituto Palmas. Esta parceria tinha por objetivo fazer com que os bancos comunitários fossem correspondentes bancários. Havia um custo operacional para esses bancos comunitários tornarem-se correspondentes, pois precisavam ter telefone fixo, o que acabou sendo um entrave operacional em alguns locais.

A seguir, há dois editais da Senaes, em 2010 e 2013, já citados, voltados para a criação de bancos comunitários e manutenção dos já existentes. Esses editais previam um aporte financeiro e organizacional, pois a Senaes imprimia nesses bancos também uma certa organização, uma vez que havia a necessidade de os bancos enviarem dados anualmente para a Senaes. Não como uma cobrança, mas para saber o andamento da política.

Esse período em que a Senaes existiu foi o momento no qual a maior parte dos bancos comunitários são criados no Brasil. A Senaes se articulava com os bancos comunitários através de entidades executoras, uma na escala nacional e outras nas esferas regionais. Essas entidades eram basicamente bancos comunitários mais consolidados, ligados a associações de moradores. Tais entidades executoras regionais buscavam locais onde os bancos comunitários seriam fomentados e ajudavam os demais bancos que já existiam. Sua responsabilidade era operacionalizar e acompanhar as políticas públicas.

Em 2011, os bancos comunitários também entram como parte do Plano Brasil Sem Miséria, no eixo inclusão produtiva, que pertence ao eixo urbano, juntamente com a economia solidária. Percebe-se que durante todo o governo havia uma preocupação, não só com a Senaes, mas também no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), em utilizar os bancos comunitários como política de combate à extrema pobreza no território brasileiro.

Em 2016, tem a saída, literalmente expulsão, do professor Paul Singer da Senaes, sendo substituído por uma pessoa que não tinha formação na área; em 2017 e 2018, do ponto de vista institucional, a Senaes se torna uma subsecretaria. Em 2019, há a extinção total do MTE, inclusive da Senaes, então os bancos comunitários passam a ter um momento em que não tinham nenhuma política pública federal como base financeira e operacional – o que ocorreu desde a saída do professor Paul Singer.

Observando-se o número de bancos comunitários criados por ano, nota-se que o maior aumento ocorre em 2008, sendo a maior parte na região Nordeste, depois em 2011, por conta do edital, e a seguir em 2012 e 2013, também por conta dos editais. Fazendo uma subperiodização, mesmo em 2006 e 2009, quando não haviam editais voltados para o fomento da criação de bancos comunitários, observa-se a importância do governo federal no sentido de estabelecer parceria com o Instituto Palmas, para, a partir da experiência do Banco Palmas, utilizá-la como metodologia e indutor para a formulação de outros bancos comunitários no Brasil – primeiramente com a finalidade de esses bancos comunitários serem correspondentes bancários, na qual 30% dos bancos foram fomentados nesse período. A partir dos dois editais da Senaes, 42% dos bancos comunitários foram criados.

Essa “verticalidade institucional” (Almeida, 2005), posta em prática por meio de entidades executoras nacional e regionais, buscava lugares em que já havia alguma possibilidade de criação de bancos comunitários, onde já tivesse ali naquela comunidade algo vinculado à economia solidária. Depois, havia uma fase de preparação, tanto dos moradores quanto dos comércios, para a realização de cursos, oficinas, capacitação em economia solidária; na fase de implementação, havia uma equipe da Senaes oferecendo apoio na abertura de conta-corrente, registrando o banco em órgãos; por fim, ocorria a fase de consolidação. Assim, a Senaes tinha esse papel organizacional e de capacitação em economia solidária desses lugares, além do aporte financeiro. Este suporte financeiro era um auxílio para pagar um funcionário, que era o agente de crédito desse banco comunitário. Quando esse auxílio acaba, uma parte dos bancos comunitários deixa de funcionar, porque a maior parte das pessoas que trabalham nesses locais começam a fazê-lo de maneira voluntária.

De 64 bancos comunitários dos quais tivemos acesso aos dados, na região Concentrada, há somente quatro com atividades interrompidas. Nos Três Brasis, ao contrário, são quatorze bancos sem funcionamento, que alegam falta de recursos ou não ter uma sede, o que mostra que foram aqueles que mais sentiram a falta da política pública. Como na região Concentrada há uma certa organização a partir de suas redes, ainda que de maneira precária, essa contribuiu para sua manutenção e operacionalização.

Além disso, quando acaba a política federal, entre 2016 e 2020, 25 bancos comunitários são fomentados, a maior parte por universidades públicas. Destacamos, desta forma, o papel da universidade, exercendo sua função de cultura e extensão a partir da criação de bancos comunitários pelo país.

Com o fim do suporte financeiro e organizacional da Senaes, a RBBC precisa buscar uma alternativa para sobreviver. Nesse contexto, eles veem duas formas. A primeira é a plataforma E-Dinheiro, que vai possibilitar uma autossustentabilidade

financeira a partir das taxas transacionadas. A plataforma foi feita por uma empresa privada (MoneyClip), que a cria e depois de algum tempo a RBBC a compra, exceto o código-fonte. Deste modo, a Rede pode fazer alterações de acordo com suas necessidades na plataforma, mas quando precisa alterar algo mais técnico precisa solicitar para a MoneyClip. Atualmente, o Instituto Banco da Periferia – entidade burocrática dessa plataforma – tem funcionários celetistas trabalhando para seu desenvolvimento e operacionalização. O instituto fica dentro do Banco Palmas. Há o PalmasLab, um laboratório de informática que existe desde o início do Banco Palmas, e hoje tem uma equipe de duas ou três pessoas que está trabalhando para gerenciar essa plataforma, o que é possível a partir daquele 1% recolhido por transações operacionalizadas nela.

A segunda possibilidade que a RBBC busca para sobreviver com o fim do aporte institucional via política pública é começar parcerias com prefeituras para fomentar “bancos comunitários municipais”. A estratégia começou em Maricá (Rio de Janeiro) com o Banco Mumbuca, primeiro banco comunitário municipal, mais estruturado; depois veio o Banco Limoeiro de Anadia (Alagoas), em 2019. São as leis municipais que vão possibilitar a criação desses bancos e o uso da plataforma E-Dinheiro no comércio desses lugares. Em 2021, a moeda Arariboia passou a circular em Niterói (Rio de Janeiro), que ainda não tem um banco comunitário (está em implementação).

Agora farei uma leitura mais específica em relação aos circuitos da economia urbana e os bancos comunitários. Trago dois momentos: um primeiro relacionado à criação do primeiro banco comunitário do Brasil, o Banco Palmas, buscando identificar se existem nexos entre os circuitos para que esse primeiro banco seja criado. No segundo momento, abordo o Banco Municipal Mumbuca, o uso da plataforma E-Dinheiro nos comércios e os nexos dos circuitos da economia urbana.

O Banco Palmas foi criado em 1998 no Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza (Ceará). Mesmo antes de o banco existir no local, melhorias urbanas haviam sido feitas na periferia do Conjunto Palmeiras, financiadas por um órgão bilateral alemão que está na lista dos principais financiadores globais de microfinanças.

A primeira moeda utilizada na comunidade foi o Palmacard, e o banco e os comerciantes faziam anotações no verso da moeda de entradas e saídas. Joaquim Melo aponta que era um desespero para fazer a contabilidade, não entendiam “aqueles garranchos”. Os primeiros R\$ 2 mil emprestados pelo Banco Palmas para as pessoas da comunidade vieram de uma ONG, a Ceará Periferia, vinculada também a um financiador global de microfinanças – a Agência Francesa de Desenvolvimento. Depois houve a moeda Palmares, que durou apenas quatro meses e foi muito influenciada pelos Trueques na Argentina, porque Heloísa Primavera,

uma professora brasileira que mora na Argentina, ligada ao tema das moedas e da economia solidária, conheceu o Joaquim e eles criam em conjunto o Palmares, que não durou muito tempo porque os prossumidores (consumidores e produtores) que pertenciam à rede precisavam comprar aquilo que iriam consumir, entretanto havia falta de bens e produtos dentro da rede.

Posteriormente, o Banco Palmas coloca em prática o método de bônus de fomento, ligado ao grupo STRO e à Ajuda ao Desenvolvimento da Comissão de Coordenação Interchurch (ICCO).<sup>3</sup> Quem fez o componente operacional do método foi o grupo STRO, que era como essa moeda complementar iria funcionar no Conjunto Palmeiras. A partir da construção de um prédio, as pessoas foram pagas com a moeda local que começa a circular naquela área. As pessoas que trabalhavam no Banco Palmas também eram pagas (parte do salário) com a moeda. O dinheiro vem da ICCO Cooperation, aproximadamente R\$ 50 mil. Os parceiros da ICCO são Bill & Melinda Gates Foundation e Mastercard Foundation, do grupo dos 23 financiadores globais de microfinanças.

Não só no caso do Banco Palmas, mas também no caso do Rubem Berta, no Sul do país, esses financiadores globais de microfinanças colocam essas moedas complementares em circulação, tentando criar uma racionalidade hegemônica através de uma carteira de crédito sadia, que poderia ser vendida a um banco convencional, como ocorreu no segundo caso. Com esta lógica, as pessoas aprendem a pagar corretamente seu empréstimo e têm um índice de inadimplência muito baixo. Então, há a busca por hegemônizar esses lugares extremamente empobrecidos do Brasil pelo circuito superior, buscando rearranjar os lugares a partir da lógica capitalista.

Observando-se a nuvem de palavras das missões e dos valores desses financiadores globais, verifica-se que ela possui em seu cerne o desenvolvimento, a pobreza e o investimento. Então, o discurso desses financiadores é esse, de levar o desenvolvimento. Mas que desenvolvimento é esse?

Nem todos os espaços são dóceis e obedientes a essas racionalidades impostas. O Banco Palmas não foi dócil a essa racionalidade, pois a partir do fomento do uso dessa moeda complementar, eles vão criar sua própria metodologia, essa que a Senaes teve como norte para a criação de outros bancos comunitários.

Por fim, sobre o caso do Banco Mumbuca, observa-se que primeiro surge a moeda complementar no município, depois o banco comunitário vai sendo gestado. Isto difere dos bancos comunitários locais, onde primeiro se cria o banco para depois fazer uso da moeda. Uma lei municipal em 2013 permite a criação desse banco comunitário maricaense. Tratava-se de uma política de

---

3. Interkerkelijk Coördinatie Commissie Ontwikklingshup.

transferência de renda a partir dos *royalties* do petróleo: o então prefeito do PT quer fazer uma transferência de renda, através de uma bolsa, para pessoas que ganhavam até um salário-mínimo, a partir de um cartão ministrado pela Valeshop no valor de R\$ 84, atendendo 14 mil famílias.

Nessa primeira fase da moeda digital, identifica-se um nexo do circuito superior da economia urbana, pois as taxas transacionadas dentro deste cartão iriam para a Valeshop. Neste contexto, a RBBC está na própria lei criada em Maricá como responsável por implementar o banco comunitário. Observa-se o fortalecimento da RBBC a partir da lei municipal. O objetivo era trazer o desenvolvimento local. Joaquim Melo falava da necessidade de terem estabelecimentos do circuito inferior dentro dessa rede, para levar o desenvolvimento local, priorizando naquele momento pequenos comércios. Na segunda fase da moeda, inicia-se o uso da plataforma E-Dinheiro e a entrada de qualquer estabelecimento comercial dentro da rede de circulação da moeda.

Maricá tem a lei e o programa de renda básica de cidadania para todos os municípios. A lei está sendo feita em etapas, então em 2019 há o aumento da renda mínima para 130 mumbucas e a entrada de 42 mil maricaenses no programa de renda mínima, onde se priorizou os jovens, depois as gestantes.

É interessante mostrar que há uma diminuição da dependência técnica dos comerciantes com o uso da plataforma E-Dinheiro, porque você pode fazer a transação a partir do celular, gerando uma diminuição da dependência técnica e financeira do circuito inferior em relação ao circuito superior. É um ponto positivo desse uso. No trabalho de campo, percebe-se que, mesmo com a Bolsa Mumbuca, com o Cartão Mumbuca e/ou uso do aplicativo via celular da plataforma E-Dinheiro, o fiado ainda foi encontrado como forma de pagamento em 25% dos estabelecimentos, todos do circuito inferior.

A seleção dos comércios analisados foi feita junto ao Laboratório de Informática e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LabIS/UFRJ), que cria tecnologias sociodigitais. O objetivo era analisar o comportamento da rede de fluxo de moeda digital a partir da entrada de qualquer tipo de estabelecimento na rede, já que antes se priorizava o circuito inferior, a pedido de Joaquim Melo.

Dos 22 estabelecimentos comerciais com maior volume e número de transações, as principais compras são realizadas em supermercado e depois em farmácia, locais que atendem as primeiras necessidades da população. Metade das firmas do circuito inferior estão em áreas periféricas do município. O comércio do circuito superior com maior número e volume de compra localiza-se também em área periférica. O comércio da porção marginal do circuito superior é o único que estava concentrado na área central do município.

Uma das conclusões é a de que há um vazamento do dinheiro por meio das Mumbucas, tanto em volume quanto em número de compras, para estabelecimentos do circuito superior e marginal, principalmente naqueles que estão em áreas periféricas da cidade. Marina Montenegro já havia notado a capilaridade do circuito superior nas áreas periféricas das cidades brasileiras. No circuito superior, os valores transacionados são quase cinco vezes maiores do que no circuito inferior. Para um estabelecimento do circuito superior, as vendas em E-Dinheiro não correspondem nem a 5% do total de suas vendas, enquanto o circuito inferior alega que está sofrendo com a entrada desses novos estabelecimentos do circuito superior, já que deixou de receber parte significativa de vendas que antes eram realizadas em Mumbucas.

Para exemplificar, utilizamos o caso da mercearia do circuito inferior, que entrevistamos e deixou de receber Mumbucas, ela está localizada muito próxima ao hipermercado do circuito superior, onde as pessoas estão indo fazer suas compras. Sobre a questão levantada pela pesquisa, o Banco Mumbuca relata que aceitaram esses comércios – do circuito superior – por ser um pedido das pessoas. Quanto esse banco comunitário está refletindo sobre a dinâmica existente? Joaquim Melo está trazendo esta discussão para Niterói, ou seja, priorizar os estabelecimentos do circuito inferior para o uso das Arariboias.

Ainda que o Banco Mumbuca não priorize os estabelecimentos do circuito inferior, o valor transacionado das taxas no uso da plataforma está sendo usado pelo banco para criar modalidades de crédito produtivo sem juros ou com juros baixíssimos (de até 1%) especificamente para agentes do circuito inferior, o que pode ser entendido como uma contrarracionalidade das finanças.

Algumas breves considerações: i) há uma distribuição desigual do meio técnico-científico-informacional a partir dos bancos comunitários; ii) houve capilarização e aumento do número absoluto de bancos comunitários no Brasil a partir do momento em que se tornam uma política pública federal; iii) os financiadores globais buscam impor suas lógicas nos lugares, mas o território acaba sendo o limite dessa ação cega das finanças, a exemplo do Banco Palmas; e iv) propomos, a partir do caso analisado do Banco Mumbuca, que a moeda local deve permanecer em circulação somente entre os agentes do circuito inferior, para maior desenvolvimento local.

Por fim, apesar da palavra *banco*, os bancos comunitários têm um papel não financeiro importante e fomentam outras racionalidades, criando horizontalidades nos lugares.

### 3 OS BANCOS COMUNITÁRIOS E A ECONOMIA LOCAL: DAS PLATAFORMAS A OUTROS USOS POSSÍVEIS DAS TÉCNICAS DE INFORMAÇÃO

*Mónica Arroyo:* Os valores das transações vão de R\$ 2 a R\$ 10?

*Carolina Pupo:* Trata-se de pequenos valores, mas fazem uma diferença substancial na vida das pessoas. Estamos falando de extrema pobreza, então a pessoa vai para tomar emprestado R\$ 2, R\$ 5 em moeda local para comprar leite, enfim, para comprar o pão para poder sobreviver.

*Fabio Contel:* Gostaria de frisar pelo menos duas coisas interessantes: os bancos comunitários, sobretudo com a Senaes, mas mesmo quando era espontâneo, surgem a partir de movimentos sociais. Associações de mulheres, associações por moradia, associações de vários tipos estão na raiz dos bancos comunitários, fato que dá uma ideia dessa contrarrazionalidade. Eles têm na sua gênese, no seu DNA, seja por essa coisa mais espontânea, eles acabam virando bancos comunitários, ou seja, porque a Senaes foi atrás desse tipo de iniciativa para fomentar, instituir o crédito mais solidário. E outra coisa também é essa moeda digital. Com a moeda física, de papel, era impossível não ter uma cara local, até na iconografia, e o E-Dinheiro traz essa contradição. Ele é mais operacional, como as técnicas da informação são mais operacionais, sobretudo agora todo mundo tem o *smartphone*, mas elas facilitam a renda ser drenada pelo circuito superior. Elas não têm necessariamente uma cara local, que é um pouco isso, que o dinheiro local é interessante, que as comunidades se empoderem também tendo uma moeda local. O E-dinheiro permite quebrar um pouco isso, então, por um lado, é bom porque facilita, pode trazer mais gente. Por outro lado, ele pode introduzir uma racionalidade que é oposta àquilo que se espera de uma finança solidária, uma relação mais orgânica com o local.

*Mónica Arroyo:* Quando Carolina se refere à economia local, está pensando no pequeno comércio, que é o circuito inferior, mas eu diria que aquele supermercado mencionado na apresentação também é local, são capitais regionais, não é um Carrefour. Nesse caso seria um circuito superior marginal, que nas nossas economias dos países periféricos se aproxima do universo das pequenas e médias empresas. Quando observamos as chamadas forças locais nas pequenas cidades, tem um capital regional com um grau de dinamismo significativo, importante para essa economia local. Mas há outro complicador, que seria discutir a diferenciação interna dos circuitos em si, que é muito grande no interior do circuito inferior, mas também é muito grande nesse circuito superior marginal, e que me parece que está presente em Maricá.

Entendo quando você insiste com Joaquim em que ele inclua no cadastro essas pequenas tendas, mas para a população local também estão no cadastro esses supermercados que oferecem produtos diversos, e também as famílias querem isso, porque por serem produtos que estão disponíveis em maior volume, talvez

consigam preços melhores. Mas insisto, não se trata do Carrefour ou do Pão de Açúcar, porque essas grandes redes de supermercados típicas do circuito superior raramente se instalam nas pequenas cidades. Elas estão ao lado de Paraisópolis, Heliópolis, numa grande metrópole, mas nessas pequenas cidades a dinâmica é diferente, poucas vezes o circuito superior se instala lá, sobretudo no ramo dos alimentos. Mas pode haver outros complicadores, como por exemplo a presença de franquias, que também atuam nas economias locais. Ou seja, vários aspectos para incluir na análise. Por isso creio que é necessário considerar a diferenciação interna dos circuitos, inclusive do circuito superior marginal, cuja presença é importante nas economias dos países periféricos. São empresas que possuem pouco capital, mas estão estruturadas. Maria Laura Silveira tem essa preocupação, coordenou algumas pesquisas sobre essa dinâmica.

Me parece interessante que essa estratégia dos bancos comunitários municipais foi desenvolvida no pós-pandemia, no meio do empobrecimento que se espalhou em nossos territórios.

*Marina Montenegro:* Essa diferenciação vem originalmente do circuito marginal como emergente e residual. Então, se a gente olhar como residual aquelas atividades que não se modernizam, que são, digamos, típicas de uma modernização anterior, e o emergente, aquelas atividades que se modernizam, mas que não se capitalizam ao ponto de pertencerem ao circuito superior mais puro, acho que também pensando no que a Carolina colocou em relação a essa diferenciação interna do circuito inferior, podemos pensar no E-Dinheiro como esse paralelo que ela fez entre o E-Dinheiro e as maquininhas, os terminais.

Pensando um pouco, por um lado, como essa moeda eletrônica, essa plataforma vem com uma nova forma de subordinação técnica do circuito inferior ao circuito superior, mas ao mesmo tempo também mostra essa diferenciação interna do circuito inferior, porque para alguns o que já era dito, de não trabalhar com a maquininha, também pode ser importante pois eles têm que mandar 1% para lá e 1% para cá, o que a gente coloca da economia dos centavos, as operações de pequenos valores fazem diferença, que você mesma traz. Então queria perguntar se essa plataforma pode ser entendida como um novo crivo entre os próprios bancos, que vai fazer uma diferença entre eles, como você coloca, e como ela acaba quebrando uma lógica inicial da economia solidária. Você perde o perímetro, você perde a circulação da população local entre os pequenos. Você perde a capacidade da autoalimentação, como tudo isso, digamos, volta e reflete nos próprios objetivos iniciais da economia solidária, que seguiam esses bancos locais?

*Carolina Pupo:* Sobre os capitais regionais, fiz um questionário e parti daqueles três níveis: de organização, técnica e capital, e observação de campo. Então, essa rede de hipermercados, entendo que seja do circuito superior, porque em

números absolutos são mais de cem hipermercados no estado do Rio de Janeiro. Nesse caso, entendemos, por ser um capital regional, como sendo do circuito superior marginal? Porque me parece que, pelo nível de complexidade, de organização, de uma rede com cem unidades dentro de um estado, na minha compreensão, o nível de organização e capital seria do circuito superior.

Em relação à questão da plataforma, se é uma nova subordinação técnica, o tempo talvez vá dizer um pouco melhor, porque o que temos hoje, quando descrevi que no PalmasLab há uma equipe técnica para fazer alterações na plataforma, uma das alterações prevista é a da iconografia, que foi uma das coisas que trouxemos para a rede, de não terem identidade nas moedas que circulam dentro da plataforma. Então, como a pessoa vai se identificar com aquele seu banco comunitário se não tem uma identidade digital? Maricá tem essa identidade, mas é uma política da prefeitura, então é uma exceção. Do ponto de vista técnico, eles têm dificuldade de fazer, mas têm em mente que é necessária essa alteração da iconografia para que a moeda seja aceita nos lugares com maior facilidade e ao mesmo tempo. Ainda que o Instituto da Periferia centralize as operações e saiba quais são as operações em todos os bancos comunitários, cada banco tem autonomia para gerenciar a plataforma.

*Marina Montenegro:* Uma vez comprada a plataforma da MoneyClip, eles têm autonomia?

*Carolina Pupo:* Uma parte-chave da plataforma, o código-fonte, eles não compraram, mas todo o resto da operação eles conseguem fazer, adaptar. Então, sempre quando é necessário algo maior, eles ainda precisam conversar com a MoneyClip, por conta da questão operacional e técnica. No momento, acho que é possível que haja uma subordinação técnica se não forem feitas certas alterações, mas vejo que a RBBC está preocupada em fazer essas alterações para que a plataforma seja mais utilizada e mais operacionalizada por esses bancos comunitários nos lugares.

Agora, a questão da economia solidária, concordo com você. Aí vem o que temos conversado sobre como a economia solidária se insere com o uso da plataforma. O que eu percebo que a Senaes tinha, esse papel de organização, não só financeiro, fundamental, porque havia uma capacitação daqueles bancos comunitários em economia solidária, dos comércios, dos consumidores. Hoje isso não existe mais, uma coisa mais estruturada, como uma secretaria, em relação aos bancos comunitários. O que tem é a RBBC e, nesse momento, o que ela está tentando fazer é não desaparecer, estão tentando sobreviver. O que percebo é que isso está de lado no momento, eles não têm capacidade operacional de mandar equipes capacitadas nos lugares como a Senaes, para capacitar.

O máximo que conseguiram foi um encontro global antes da pandemia, com verba para levar todos os bancos comunitários no Ceará por outros meios, por ONGs etc., não pelo governo, em 2018. E qual era o objetivo desse encontro?

Uma das coisas que mais se falou era da plataforma, teve várias capacitações dos bancos para uso da plataforma. Teve um *hackathon*, como os engenheiros chamam, que é as pessoas colocarem as necessidades delas frente ao sistema técnico operacional. Um senhor falou que queria saber qual é o sabor daquela técnica. Ele usa exatamente essa frase, mas ele não sente o sabor porque ele não consegue usar, operacionalizar, mas quer participar, entender sobre aquilo.

A Rede Paulista vem organizando algumas oficinas de capacitação, a partir de oficinas pagas. Para você fazer um ano, custa R\$ 500. Para uma pessoa que quer montar um banco, isso é muito. Até problematizamos para eles, mas nos disseram que precisam pensar no custo operacional de pagar Google Meet para poderem ter bastante gente no curso. São vários problemas que acontecem no cotidiano, nesse meio do caminho. Foi uma forma de operacionalizar a capacidade de uso da plataforma, tanto que a região concentrada é a que mais usa a plataforma E-Dinheiro. Acredito que nesse momento sim a economia solidária está posta de lado, mas espero que mudemos isso.

*Isadora Guerreiro*: Basicamente, essa lógica monopolista das finanças tem um perigo muito grande, que vai completamente contra a lógica da solidariedade que você estava colocando, Carolina, no sentido de que se a economia solidária e os bancos comunitários tinham no seu pressuposto a economia local e as possibilidades de descentralização, a finança é o contrário disso, é a monopolização. Acredito que é importante separar o que é lógica, o que é forma, do que é conteúdo, fluxos de recursos específicos. Uma coisa é o cabo que liga os dois circuitos – isso é a forma –, o que passa por ele; o fluxo, é o conteúdo. Então você estava tentando achar os nexos, mas muitas vezes não está passando o fluxo entre os circuitos, mas a forma monopolista está ali, e essa plataforma me parece uma forma monopolista de colocar uma mesma racionalidade por conta do código-fonte em diversos territórios. Ela pauta, como você colocou sobre o Lazzarato, ela molda uma forma específica de racionalidade que conforma o modelo monopolista pronto para que os fluxos passem por ela.

Nesse sentido, pode ser que não passe ainda, mas no momento em que você não tem controle sobre isso, e que os sujeitos de crédito do território passam a se relacionar através de uma plataforma que é uma forma abstrata de relação, que tem a ver com a racionalidade específica das finanças, ela está colocando no território um tipo de racionalidade, diferente do fiado, das trocas locais, do “me ajuda que eu te ajudo”, das trocas que não passam por dinheiro, da confiança, de eu deixar você ficar na minha casa por um mês sem cobrar aluguel. São outras lógicas que envolvem a informalidade, que não necessariamente passam pelo monetário e muito menos pelo recurso digital.

Entrando nessa dimensão do digital, das plataformas, especificamente, acredito que elas são a conexão formal dessa monopolização mais forte possível, porque, pela dimensão tecnológica, conseguem fazer algo que o capitalismo financeiro, desde a década 1970, não conseguiu até então: gerenciar uma grande dispersão de agentes, de relações, de formas monetárias específicas. Questões que a institucionalidade também não conseguiu, do ponto de vista do poder público, do Estado, das instituições democráticas. Tentaram muito, mas tem uma dificuldade que, na hora que você insere um meio técnico entre eles, essa forma específica, monopolista, ela molda e homogeneiza relações, uma forma de institucionalidade que não é via jurídica, e daí tem uma dimensão importante para olharmos que é uma dimensão da racionalidade técnica muito própria, que contorna a normatização oficial, tanto que a discussão toda do Uber é o contornamento das leis trabalhistas.

E aí entra toda a dimensão do território mesmo das relações informais, desde a criminalidade, até relações arcaicas, de parentesco, de família, de tudo, são questões muito específicas. Mas acredito ser importante olharmos as plataformas desse ponto de vista também, olhando pela contradição do que pode ser interessante e do que pode não ser. Eventualmente, quando as prefeituras comprarem a plataforma, ainda que não comprem o código-fonte, pode ser que esse contornamento da legislação diminua, mas não sei. Penso que isso é muito novo, essa relação das plataformas com as prefeituras, precisaria ter mais pesquisas para entender exatamente o significado disso, mas tendo a pensar, como o Renato falou, que, se o código-fonte não é dominado 100% pelos trabalhadores que o estão utilizando, perdemos o objetivo inicial da economia solidária, que é a autogestão no sentido de que nós, trabalhadores, consumidores, qualquer que sejamos nós que estamos aqui nesse outro circuito, se relacionando e tentando ter uma contrarracionalidade ao capital monopolista, precisamos pensar nossas relações a partir das nossas necessidades. Na hora que as minhas necessidades, da minha comunidade, precisem ser mediadas por uma plataforma que é estranha a esse tipo de racionalidade, já estou na financeirização.

*Mónica Arroyo:* A plataforma é importante e, obviamente, como toda mudança, tem ganhos e perdas. Mas a plataforma permite o uso do cartão que, diferentemente do dinheiro em espécie, facilita o consumo, e neste caso não depende, como qualquer outro cartão que nós usamos, nem do banco, nem das administradoras do cartão, como Mastercard ou Visa. Esse cartão é muito interessante porque do ponto de vista técnico é como qualquer outro, mas a sua gestão tem mais independência, mais autonomia, porque eles compraram o *software*. Claro que às vezes precisam fazer consultas para resolver os problemas operacionais que aparecem, embora já estejam desenvolvendo alternativas técnicas. Mas o importante é que o cartão é do banco deles, então já não dependem dos grandes bancos, nem das administradoras de cartão. Isso se quebra, de alguma maneira.

*Carolina Pupo:* O cartão custa R\$ 8 para o usuário porque é importado da China, e esse custo é integralmente repassado para o usuário. Então, quando há o cartão, a pessoa não tem R\$ 8 para comprar. É um custo para o usuário, e o banco não consegue custear. Eles tentam fazer com que as pessoas utilizem mais o aplicativo do celular para isentar o usuário. Entretanto, em Maricá, o que foi notado em campo, não conseguem fazer uso do aplicativo, todo mundo quer usar o cartão. Então o próprio Banco Mumbuca fala que as pessoas são “viciadas” no cartão por conta da Valeshop. Mas sabemos que são outras questões vinculadas à creditarização da sociedade.

#### **4 FINANCEIRIZAÇÃO, INFORMATIZAÇÃO, MECANISMOS DE ESPOLIAÇÃO E ALTERNATIVAS POSSÍVEIS**

*Carolina Pupo:* Pensando naquilo que eu trouxe para discutirmos e tentando fazer um gancho com a ideia de pensarmos daqui para frente, a partir daquilo que vivemos nos governos progressistas, concordo que devemos principalmente fortalecer as periferias. Porque quando essa política pública deixa de existir, o que vemos é que nem todos os bancos conseguem se manter.

Vejo que o papel da universidade pública, nesse sentido, está sendo fundamental para fortalecer essas redes, das periferias, o papel de nós pesquisadores via bolsa de cultura e extensão para o pessoal da graduação, pensar essas questões que a periferia traz e tentar trazer minimamente algum tipo de resolução para os problemas. Nesse contexto que eu entendo ser fundamental na pesquisa, faço parte do Observatório de Bancos Comunitários e Moedas Sociais (OBM), uma rede de pesquisadores do Brasil com várias formações diferentes. Minimamente estamos trazendo essa conexão, cada um dentro da sua área, buscando respostas para aquilo que os lugares vêm demandando, principalmente quando não há nenhum tipo de política pública. Entretanto, sublinho a importância da política pública para fortalecer ações emancipatórias, como esta que apresento, que são os bancos comunitários, para garantir o efeito demonstração, como o professor Fábio bem pontuou, acredito que se caminhararmos nesta perspectiva, em um tempo próximo, poderemos replicar formas alternativas de finanças nos lugares. Participar ativamente na construção do diálogo com esses atores-agentes das periferias brasileiras não nos leva – enquanto pesquisadores – a sermos menos autônomos e críticos, mas agrega a possibilidade do agir junto a esses predicados.

*Fabio Contel:* O código-fonte, por exemplo, não é dos gestores dos bancos comunitários, mas tem um conjunto de fatores extremamente interessantes sendo produzidos, que podem virar exemplos, modelos para outras iniciativas progressistas se multiplicarem depois. Talvez seja um pouco de utopia, mas penso que esse é o efeito demonstração. Se o Mumbuca se consolidar, mesmo com suas contradições enormes (vazamento de renda, vai para um supermercado que

não poderia ir), mas pode se consolidar como uma alternativa viável e replicável em outros lugares. Se não for viável e se não for posto dinheiro, nunca vai surgir concretamente essa alternativa.

*Carolina Pupo:* Sobre o código-fonte, no LabIS/UFRJ, estão discutindo isso intensamente, a questão do *software* livre. Eduardo Diniz (Fundação Getulio Vargas – FGV) está tentando criar uma criptomoeda para que os bancos comunitários usem. Então, veja, ao mesmo tempo que se tem uma plataforma que está sendo usada, que é hoje a forma de autossustentabilidade da RBBC, existem pesquisadores que estão tentando criar outra plataforma via universidade para que bancos comunitários façam uso e sejam livres. Uma coisa não exclui a outra. Concomitantemente à racionalidade colocada, via essa plataforma, a RBBC – junto a pesquisadores – está pensando em outras possibilidades para que isso também não aconteça.

Eles sabem das dinâmicas da financeirização. Quando você coloca, sobre a questão, que não tem certeza se o território responde, falo o contrário, tenho certeza, a partir do que vi, ouvi e li, que o território pode, sim, responder quando existe uma organização local e quando essa organização local é pautada em uma economia solidária, uma outra economia. Vão responder de diversas maneiras: não aceitando ou aceitando aquele agente do circuito superior com alguma contrapartida.

Darei um dos vários exemplos. No Banco Palmas, a Mapfre seguradora queria vender seguro via banco comunitário. E ela está vendendo seguro via mulheres da comunidade. É uma forma de racionalizar o território, certo? Entretanto, em contrapartida, a Mapfre deve oferecer cursos de educação financeira para as mulheres do bairro, as mesmas que fazem a venda do seguro. Veja, nessas rodas de conversa, elas têm um espaço para discutirem e se entenderem no lugar, trazendo empoderamento feminino. Isso vai além de educação financeira, então, temos outra racionalidade sendo criada ali. Essas mulheres começam a se empoderar porque estão se unindo em um momento do dia e não estão se subjugando a seus maridos, àquela vida do cotidiano extremamente patriarcal, porque tem esse espaço para elas dialogarem. Elas ganhavam um valor ínfimo para vender o seguro, mas esta pequena quantia faz diferença no fim do mês para suas famílias. O Banco Palmas exigiu da Mapfre, além do curso de educação financeira, que se transformou em outra ação nas mãos das mulheres, a instalação de Wi-Fi na praça e em toda a avenida do banco, gratuito para todos.

Quando você tem uma organização local, com valores específicos, como o da economia solidária, o território responde. Agora, se o banco comunitário não tem esta base valorativa consolidada nos seus trabalhos, é claro que pode ser um objeto muito fácil de cooptação. Então, creio que depende do que se está falando. Precisamos entender que os lugares não são iguais, eles são únicos. Acredito que é por isso que precisamos ir aos lugares para encontrar o que é único em cada lugar,

para entender e formular respostas de como é possível criar um efeito demonstração, pautado em lógicas muito mais solidárias, como pensar que a RBBC está desenvolvendo um *software* livre junto com a universidade pública.

*Mónica Arroyo:* Sem dúvida ficam reflexões que serão retomadas nas próximas reuniões, sempre há conexões entre os temas. As práticas são sociais, mas também políticas, e o caminho da política nos permite pensar nas transformações, que às vezes são sociais e muito pontuais, como pode ser o caso dos bancos comunitários, mas que servem para construir uma história, um movimento, e isso me parece interessante.

O Brasil, assim como a América Latina, tem uma sociedade em movimento, talvez isso seja o único elemento que nos dá força, pois embora estejamos sentindo muitas dificuldades, sabemos que esse movimento é permanente, vai além das contradições. Nesse âmbito, conhecer um pouco da situação dos bancos comunitários nos dá ânimo no sentido de que algumas coisas estão se movendo, embora essas experiências estejam enfrentando problemas e certos retrocessos.

Mas quando Carolina apresentou a periodização, ela mencionou que no início do banco Palmas participaram financiadores globais das microfinanças alemães, franceses e outros. Eles queriam implantar um modelo, mas hoje, olhando o caminho que o Brasil realizou, esses bancos comunitários conseguiram desenvolver uma experiência própria. Eu quero focar nisso, no sentido do movimento, da esperança. Na década de 1990, era exatamente esse modelo, ainda vinham os financiadores globais com suas ideias e aplicávamos. Nestes últimos vinte anos, se fizeram algumas outras coisas, apareceram outras iniciativas.

No caso das finanças locais e dos bancos comunitários, se fez muito a partir da política pública e das experiências locais auto-organizadas. Isto é o caminho da política, que permite o movimento e permite pensar que podemos ir transformando alguma coisa. Estou dizendo isso justamente frente à preocupação com tudo o que Isadora está colocando sobre a violência na maior parte das periferias, das favelas, com a presença forte do narcotráfico e das milícias, sobretudo nas grandes capitais, e isso é uma nova realidade que não estava assim nos anos 1990, nem na primeira década dos anos 2000. São novas complexidades e novos desafios que se colocam à reflexão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. P. de. **Uso do território brasileiro e os serviços de saúde no período técnico-científico-informacional**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PUPO, C. G. de P. **Finanças solidárias no Brasil: bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

